

RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO DE 2006

1. INTRODUÇÃO

Para cumprimento do disposto no Artigo 3.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e no nº2 do ponto 2 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro (POCAL- Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais), foi elaborado o presente Relatório de Gestão, relativo ao exercício económico de 2006.

Este trabalho não se dirige só aos responsáveis financeiros da autarquia mas também a todos os outros, que não tendo conhecimentos aprofundados de contabilidade autárquica, pretendem ter uma ideia da situação do seu Município, pelo que se julga ser um importante meio de análise de resultados, e verificação do grau de eficiência e eficácia da afectação dos recursos aos objectivos realizados.

O Relatório de Gestão focar-se-á numa análise orçamental e numa análise patrimonial, espelhando a execução do Orçamento e Grandes Opções do Plano, mas também permitindo avaliar económica e financeiramente o Município de Óbidos. A estrutura do documento segue as indicações da legislação aplicável.

2. ANÁLISE DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A execução do Orçamento, da Receita e da Despesa, permitirá verificar quais os montantes efectivamente recebidos e pagos, bem como os respectivos desvios face ao previsto, para além de poderem dar a conhecer quais as rubricas com maior peso no total do Orçamento. Ou seja, quais as rubricas alvo de maior investimento por parte do executivo e quais as suas fontes de financiamento. O Orçamento será ainda retratado numa perspectiva de evolução, permitindo avaliar as tendências nos últimos anos.

2.1. RESUMO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

O Orçamento é composto por receitas e despesas correntes, ou de funcionamento, e por receitas e despesas de capital, ou investimentos. Quanto maior a execução das receitas correntes, que inclui as receitas próprias do Município legalmente definidas, menor será a sua dependência face ao financiamento externo. Registando o facto das transferências do Orçamento de Estado para o Município de Óbidos terem uma tendência decrescente, as receitas próprias desempenham cada vez mais um papel fundamental no equilíbrio do Orçamento.

Confirmando o acima referido, mais uma vez, as receitas correntes são superiores às despesas correntes, este ano em € 2.152.448,86, permitindo o financiamento de parte dos investimentos com receitas próprias do Município.

QUADRO 1 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Receitas Correntes	13.641.215,23	11.189.587,71	76,07	82,03
Receitas de Capital	12.831.704,67	3.519.581,10	23,93	27,43
Outras Receitas	35.000,00	399,75	0,00	1,14
Total das Receitas	26.507.919,90	14.709.568,56	100,00	55,49
Despesas Correntes	12.613.540,49	9.037.138,85	59,31	71,65
Despesas de Capital	13.894.379,41	6.199.963,97	40,69	44,62
Total das Despesas	26.507.919,90	15.237.102,82	100,00	57,48

Será inequívoco verificar que as receitas correntes são o suporte financeiro do Orçamento, com um peso de 76% baseados, como teremos oportunidade de constatar adiante, nas receitas próprias como sejam os Impostos Directos e Indirectos.

O Orçamento da Despesa apresenta uma estrutura muito mais linear, em que as despesas correntes assumem 59% do total do Orçamento, representando as despesas de capital os restantes 41%.

Salienta-se, ainda, o facto dos recebimentos serem inferiores aos pagamentos. Em termos orçamentais, tal facto é compensado com o saldo da gerência anterior, registado no mapa resumo de fluxos de caixa, que faz parte integrante dos mapas de prestação de contas.

2.1.1.RECEITA

Em 2006, a execução da receita, quer em termos de valor, quer em termos percentuais, é inferior à de 2005. Porém, estamos a analisar uma execução na ordem de grandeza dos €14.709.568,56, correspondentes a 55,49% do previsto.

QUADRO 2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA - 2006

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Correntes	13.641.215,23	11.189.587,71	76,07	82,03
Capital	12.831.704,67	3.519.581,10	23,93	27,43
Outras	35.000,00	399,75	0,00	1,14
Total Geral	26.507.919,90	14.709.568,56	100,00	55,49

Será de fácil constatação o facto desta diminuição dos valores recebidos se deverem, exclusivamente, à fraca execução das receitas de capital (27,43%), a saber, provenientes de fundos comunitários e cooperação técnica e financeira.

Será de considerar, também, o facto de o Município ter hoje um volume de actividade que engloba as duas empresas municipais que, pelas competências que lhes estão delegadas, e numa perspectiva de consolidação de contas, geram um montante significativo de receitas, quer correntes quer de capital. Porém,

estas ainda não estão espelhadas na execução orçamental do Município. Num futuro próximo, a consolidação será uma realidade, permitindo então registar a globalidade de receita gerada.

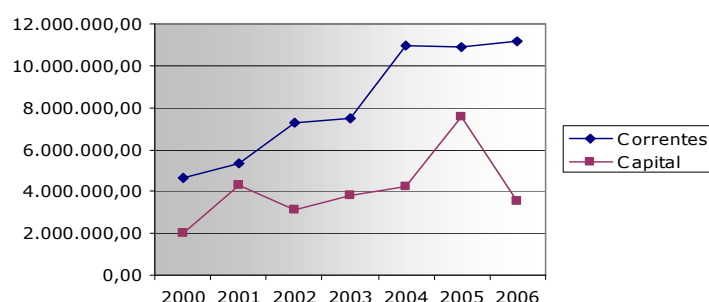
Embora de forma singela, as receitas correntes continuam a sua crescente evolução, com uma execução de 82,03%. Em termos percentuais, a execução corrente da receita é inferior à dos anos anteriores, mas em termos absolutos, ou seja, da verba efectivamente recebida, o montante tem vindo a aumentar desde 2000.

As receitas de capital, que são compostas, principalmente, pelas transferências do Orçamento do Estado, FEDER e venda de bens de investimento, sofreram um decréscimo nos recebimentos provenientes destas duas últimas, obrigando a atrasos nalguns investimentos financiados por fundos comunitários. Esta situação, aliás, está claramente reflectida na execução das despesas de capital.

QUADRO 3 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA RECEITA – 2000/2005

RECEITAS	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% EXECUÇÃO
Correntes			
2000	4.643.758,54	4.676.808,89	100,71
2001	5.564.978,40	5.325.894,59	95,70
2002	6.728.697,25	7.251.967,11	107,78
2003	8.735.551,00	7.502.731,14	85,89
2004	11.269.100,36	10.959.113,77	97,25
2005	13.673.938,36	10.895.264,46	79,68
Capital			
2000	9.402.090,96	2.026.072,17	21,55
2001	13.059.775,94	4.320.342,97	33,08
2002	11.751.524,72	3.112.249,34	26,48
2003	8.886.085,84	3.804.623,27	42,82
2004	10.688.560,26	4.265.853,04	39,91
2005	14.347.879,16	7.538.566,42	52,54

Evolução das Receitas 2000-2006



Da evolução da Receita que, embora algo oscilante, não deixa de ser francamente positiva, há que salientar o facto das receitas correntes terem vindo a consolidar-se, numa base de receitas próprias, que espelham o resultado da estratégia económico-financeira do executivo, fomentando a eficácia dos recursos do Município, sem qualquer recurso ao crédito bancário.

2.1.2.DESPESA

A execução do Orçamento da Despesa regista um montante de €15.237.102,82, correspondente a 57,48% da dotação. À semelhança da receita, também a despesa reduz a sua execução devido a um decréscimo nas despesas de capital.

Quanto às despesas correntes, estas já não estão directamente relacionadas com os investimentos (execução de obras), mas sim com novas valências e projectos de carácter social e educacional, que exigem recursos, mas que pelo seu carácter social não poderão ter suficiente contrapartida financeira.

Adiante, haverá oportunidade de reflectir com mais detalhe sobre esta situação.

De salientar que, embora crescente em termos absolutos, as despesas correntes, ou de funcionamento, seguem uma linha de tendência suave e constante, reflexo do controlo orçamental implementado.

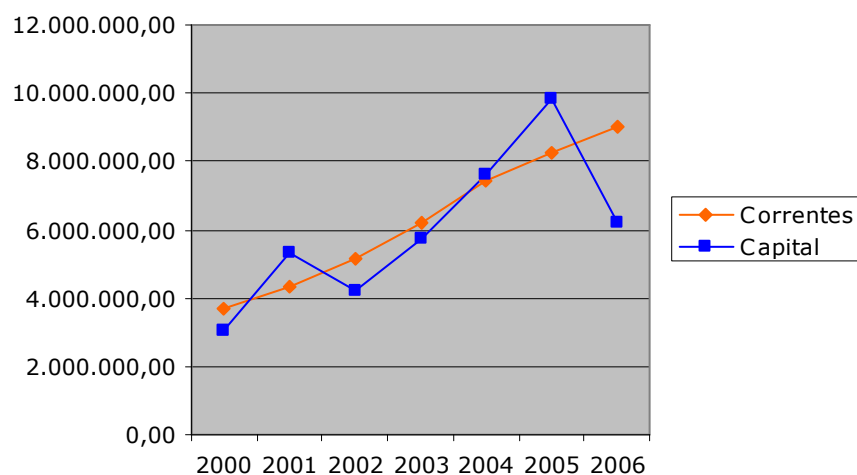
Por seu lado, as despesas de capital, oscilam conforme a conjuntura exterior, nomeadamente a disponibilidade de apoios da Administração Central, de financiamentos comunitários e a receptividade do mercado para transacção de imóveis.

QUADRO 4 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA - 2006

Despesas	Dotação	Execução	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
Correntes	12.613.540,49	9.037.138,85	59,31	71,65
Capital	13.894.379,41	6.199.963,97	40,69	44,62
Total Geral	26.507.919,90	15.237.102,82	100,00	57,48

QUADRO 5 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DA DESPESA – 2000/2005

Despesas	Dotação	Execução	% Execução
Correntes			
2000	4.643.758,54	3.664.817,79	78,92
2001	5.564.978,40	4.312.925,85	77,50
2002	6.728.697,25	5.144.681,37	76,46
2003	7.510.774,00	6.195.296,58	82,49
2004	8.939.817,67	7.438.580,74	83,21
2005	11.582.098,56	8.271.623,40	71,42
Capital			
2000	9.402.090,96	3.038.053,29	32,31
2001	13.059.775,94	5.332.024,82	40,83
2002	11.906.066,48	4.226.514,93	35,50
2003	10.110.862,84	5.712.174,64	56,50
2004	13.018.092,95	7.618.970,84	58,53
2005	16.444.718,96	9.847.715,25	59,88

Evolução das Despesas 2000-2006

2.2. ORÇAMENTO DA RECEITA

2.2.1. RECEITAS CORRENTES

QUADRO 6 – ESTRUTURA DAS RECEITAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
01. Impostos Directos	4.715.429,25	5.351.544,86	47,83	113,49
02. Impostos Indirectos	676.476,46	463.278,08	4,14	68,48
04. Taxas, Multas e Outras Penalidades	315.829,83	359.520,61	3,21	113,83
05. Rendimentos de Propriedade	430.200,00	416.952,60	3,73	96,92
06. Transferências Correntes	3.484.689,52	2.374.862,71	21,22	68,15
07. Vendas Bens Prestações Serviços Correntes	3.633.090,17	2.112.996,13	18,88	58,16
08. Outras Receitas Correntes	385.500,00	110.432,72	0,99	28,65
Total das Receitas Correntes	13.641.215,23	11.189.587,71	100,00	82,03

As receitas correntes com uma execução de 82,03%, servem de base à gestão corrente da autarquia, permitindo o financiamento de todas as despesas correntes, para além de financiarem uma parcela significativa dos investimentos.

Conforme se pode observar na composição da receita, as rubricas com maior peso na execução são os Impostos Directos (IMI, IMT, SISA, CA, Derrama), as Transferências Correntes (FGM, FCM FBM) e a Venda de Bens e Prestações de Serviços (Água, Saneamento, RSU, ATL e Refeitório Municipal).

Os Impostos Indirectos, tal como os Impostos Directos e as Taxas, são previstos com base nas regras previsionais do POCAL (média simples dos últimos 24 meses), e incluem as receitas relativas a loteamentos de obras particulares. A previsão desta rubrica, tal como a sua execução, é bastante aleatória, não permitindo uma análise consistente dos dados.

2.2.2. RECEITAS CAPITAL

QUADRO 7 – ESTRUTURA DAS RECEITAS DE CAPITAL

COMPOSIÇÃO	DOTAÇÃO	EXECUÇÃO	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
09. Venda de Bens de Investimento	5.660.661,13	276.025,95	7,84	4,88
10. Transferências de Capital	5.474.614,09	2.349.419,61	66,75	42,91
11. Activos Financeiros	2.500,00	0,00	0,00	0,00
12. Passivos Financeiros	182.929,45	0,00	0,00	0,00
13. Outras Receitas de Capital	1.511.000,00	894.135,54	25,40	59,18
Total das Receitas de Capital	12.831.704,67	3.519.581,10	100,00	27,43

A rubrica Transferências de Capital, que perfaz 66,75 % das Receitas de Capital, tem-se apresentado como a mais significativa deste capítulo. Tal dimensão resultou, fundamentalmente, das transferências do Orçamento de Estado (Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e Fundo de Base Municipal), que representam a quase totalidade do capítulo 10 da Receita.

Outras Receitas de Capital, acusam um peso de 25,40 % no total das Receitas de Capital, resultantes de pagamentos de orçamentos de ramais, taxas de contrato e ligação.

Referência, ainda para a execução da rubrica "Venda de Bens de Investimento", cuja execução inferior à de 2005 reflecte a dificuldade do mercado, bem como problemas de natureza burocrática, que obrigaram à passagem para 2007 de alienações previstas de alguns loteamentos, nomeadamente, Santa Rufina, ou de opções estratégias de fundo, como é o caso de previsões de venda de lotes para habitações e serviços, em Óbidos, cujo projecto está a ser integrado no âmbito dos objectivos estratégicos do Programa Operacional do Centro (PO Centro), conhecido só no início de 2007. Para além destes factores externos, será de referir novamente que as receitas geradas pelas empresas municipais, neste caso, pela Óbidos Requalifica – E.M., não podem ser aqui reflectidas, mas que deverão ser consideradas numa análise global das contas do Município.

2.3. ORÇAMENTO DA DESPESA

2.3.1. DESPESAS CORRENTES

QUADRO 8 – ESTRUTURA DAS DESPESAS CORRENTES

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
01. Despesas com Pessoal	4.355.567,76	3.917.565,05	43,35	89,94
02. Aquisição de Bens e Serviços	6.134.902,37	3.311.522,76	36,64	53,98
03. Juros e Outros Encargos	116.661,93	90.309,46	1,00	77,41
04. Transferências Correntes	1.011.042,92	740.849,28	8,20	73,28
05. Subsídios	688.270,46	685.970,46	7,59	99,67
06. Outras Despesas Correntes	307.095,05	290.921,84	3,22	94,73
Total das Despesas Correntes	12.613.540,49	9.037.138,85	100,00	71,65

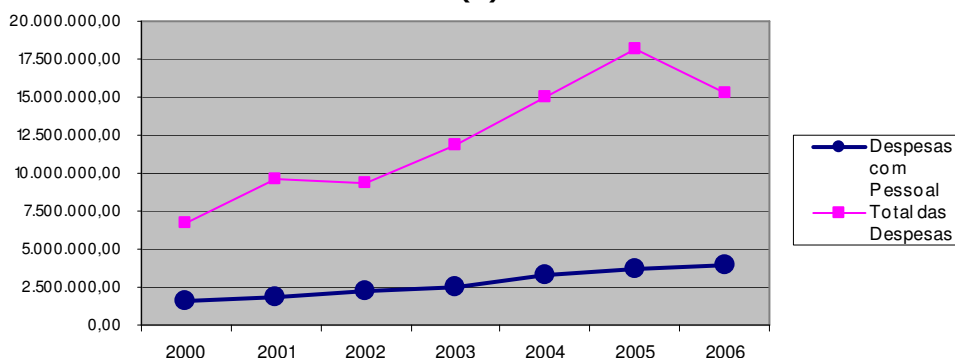
As Despesas Correntes mantêm a sua estrutura essencialmente assente nas despesas com pessoal e nas aquisições de bens e serviços. A consolidação de todos os programas da área social e educação, bem como as estruturas desportivas (em 2006 ainda sob a gestão da Câmara Municipal), para além da criação da Rede de Investigação, Inovação e Conhecimento que implicou a aquisição de serviços de investigação, influenciaram os valores pagos.

À semelhança dos anos anteriores, o comportamento deste tipo de despesas mostra-se pouco receptivo às oscilações dos investimentos, já que se tratam de despesas fixas de funcionamento. Ou seja, a estrutura necessária ao funcionamento dos serviços municipais, dos projectos sociais, educacionais, da saúde e do desporto está criada e em franco desenvolvimento, quer em termos de recursos humanos, quer de aquisição de bens e serviços, não sendo directamente influenciada pelo volume de investimentos realizado. Parte significativa destas despesas é geradora de receita, como é o caso o programa “Crescer Melhor” e das piscinas municipais.

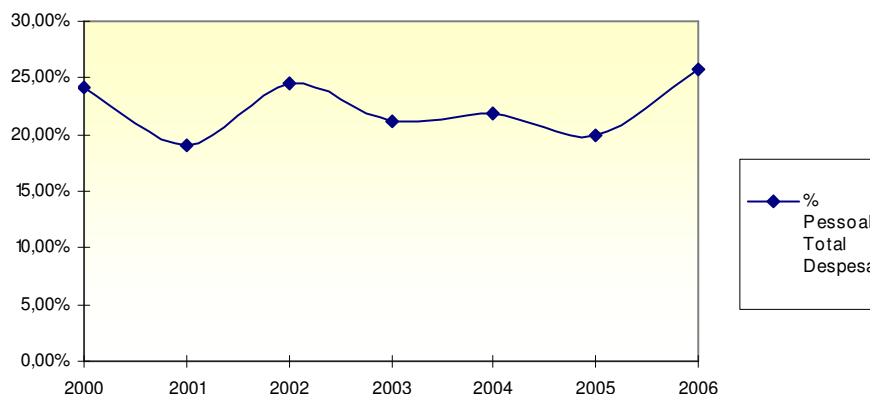
No que concerne às Despesas com Pessoal, esta rubrica reflecte um peso de 25,71% no total da despesa que, embora ligeiramente superior ao ano anterior (em cerca de €290.000), continua a permitir uma confortável liberdade orçamental para a execução dos restantes compromissos. Em termos percentuais, a análise não pode ser directamente comparada ao ano de 2005, pois o peso das despesas com o pessoal face ao total da despesa é superior,

também em consequência da menor execução da despesa total, por questões de contenção orçamental, como se pode verificar nos gráficos abaixo.

Evolução das Despesas com Pessoal e das Despesas Totais (€)



Evolução Percentual das Despesas com Pessoal



As Despesas com Pessoal incluem as remunerações dos órgãos autárquicos, do pessoal do quadro, do pessoal contratado, do pessoal em regime de tarefa ou avença, respectivos suplementos remuneratórios e encargos inerentes à Segurança Social.

Nos termos do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 44/85, as despesas com pessoal do quadro não podem exceder 60% das receitas correntes do ano anterior. Quanto às despesas com pessoal em qualquer outra situação, não podem ultrapassar 25% dos 60% acima mencionados. No ano económico em análise, a situação do Município de Óbidos face aos limites legais para as Despesas com Pessoal foi a seguinte:

Pessoal do Quadro	17,82%
-------------------	--------

Pessoal em qualquer outra situação	15,42%
------------------------------------	--------

Para além dos limites acima, cumpridos com relevante serenidade, o Orçamento do Estado veio impor um outro limite às despesas com o pessoal, obrigando os Municípios não ultrapassar, em 2006, o montante pago em 2005 no capítulo 01 – Despesas com Pessoal, salvo excepções claramente definidas pela tutela. Como se pode verificar, o montante pago em 2006 de Despesas com pessoal é superior ao de 2005, facto este que foi devidamente justificado perante a Direcção-Geral das Autarquias Locais, e que se enquadra nas excepções previstas na lei.

Assim, o Município de Óbidos terá cumprido todos os limites às Despesas com o Pessoal, independentemente de ter assegurado as valências e serviços existentes e até criado novos serviços, como o Gabinete Técnico Local, o Gabinete de Veterinária, novos Programas Sociais (como por exemplo, a expansão das intervenções, educação, apoio aos idosos), para além de ter em 2006, por exemplo, o primeiro ano completo de funcionamento das piscinas municipais, havendo agora uma despesa de 12 meses, quando em 2005 foi apenas de 4 meses. Esta foi uma opção inevitável face à importância das políticas e equipamentos sociais.

As Aquisições de Bens e Serviços reflectem as despesas inerentes ao funcionamento e manutenção de toda a estrutura municipal, permitindo conjuntamente com as despesas de pessoal, assegurar uma prestação dos serviços a que o Município se propõe, com a devida qualidade. Deste tipo de despesas correntes, salientam-se as comunicações (fixas, móveis e Internet), electricidade para os serviços e iluminação pública, combustíveis (líquidos e gasosos), alimentos para confeccionar e refeições confeccionadas, material de escritório, contratos para recolha de resíduos sólidos, transportes escolares, estudos e projectos (ex: Rede de Investigação), entre outros, cuja execução poderá ser consultada no mapa de controlo orçamental da despesa que faz parte integrante dos documentos de prestação de contas.

As Transferências Correntes reflectem os montantes transferidos para as Juntas de Freguesia, no âmbito dos Protocolos de Delegação de Competências, bem como transferências para associações, colectividades ou outras, no âmbito dos Programas de Apoio às Colectividades e de Apoio ao Desporto.

Os Subsídios incluem as verbas dirigidas para as empresas municipais, mediante contratos-programa, como contrapartida da delegação de competências por parte do Município.

Nas Outras Despesas Correntes, de carácter residual, estão contabilizadas as despesas relativas a impostos e taxas pagas pelo Município.

2.3.2. DESPESAS DE CAPITAL

QUADRO 9 – ESTRUTURA DAS DESPESAS DE CAPITAL

COMPOSIÇÃO	Dotação	Execução	% PESO P/ RUBRICA	% EXECUÇÃO
07. Aquisição de Bens de Capital	11.865.951,41	4.600.013,75	74,19	38,77
08. Transferências de Capital	1.082.446,01	892.073,31	14,39	82,41
09. Activos Financeiros	113.777,60	113.659,36	1,83	99,90
10. Passivos Financeiros	288.704,39	213.717,55	3,45	74,03
11. Outras Despesas de Capital	543.500,00	380.500,00	6,14	70,01
Total das Despesas de Capital	13.894.379,41	6.199.963,97	100,00	44,62

A estrutura das despesas de capital é composta quase exclusivamente pela Aquisição de Bens de Capital, cujo montante representa perto de 75% das despesas de capital e 30% da totalidade da despesa.

Os investimentos ao nível das infra-estruturas e acessibilidades, continuam a assumir um peso relevante no total da despesa, designadamente, a requalificação urbana nas freguesias, os investimentos nas infra-estruturas da rede de abastecimento de água e na rede viária, ilustrados no mapa de execução da despesa por orgânica, abaixo, nos Serviços Técnicos de Obras, Água e Luz (orgânica 05 e 10).

Os investimentos na recuperação do Património e na consolidação da rede museológica também assumem relevância nos investimentos municipais (orgânica 0601). Na Educação e Acção Social, é de referir a prossecução dos investimentos ao nível de recuperação/modernização da rede escolar e pré-escolar, como parte integrante da estratégia educacional do executivo, bem como a consolidação dos programas sociais. (orgânicas 0604 e 08).

QUADRO 10 – ESTRUTURA DO ORÇAMENTO POR ORGÂNICA

Orgânica	Designação	Valor	% Valor
0101	Operações Financeiras	412.140,44	2,70
0102	Classes Inactivas	8.191,29	0,05
0103	Órgãos de Autarquia	4.966.347,41	32,59
0104	Assembleia Municipal	7.452,83	0,05
02	Serviços de Administração Geral	654.584,38	4,30
03	Serviços de Higiene e Limpeza	659.805,85	4,33
04	Cemitérios	16.346,24	0,11
05	Serviços Técnicos de Obras	4.644.615,64	30,48
0601	Museu	853.617,83	5,60
0602	Biblioteca	47.223,80	0,31
0603	Desporto e Tempos Livres	257.742,73	1,69
0604	Acção Social	202.033,66	1,33
07	Jardins e Arborização	113.002,80	0,74
08	Educação	639.741,73	4,20
09	Turismo	936.981,23	6,15
10	Água e Luz	680.083,28	4,46
11	Protecção Civil	52.779,80	0,35
12	Informática e Telecomunicações	84.411,88	0,55
Total Geral		15.237.102,82	100,00

Deverá ser esclarecido o significativo volume de execução da orgânica 0103, que reflecte as despesas com o pessoal contratado, em regime de tarefa ou avença, em qualquer outra situação (GAP, estágios), e respectivas contribuições para a segurança social (ADSE e regime geral), os encargos das instalações, as comunicações, os encargos de cobrança da receita, as transferências para as freguesias, entre outras.

2.4. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

O Plano Plurianual de Investimentos, detalhado por classificação funcional, permite aferir, das áreas funcionais definidas pelo POCAL, quais as que são objecto de maior investimento. Verificar-se-á que os investimentos nestas áreas funcionais serão coincidentes com a análise acima, da execução do Orçamento

da Despesa por orgânica. Este mapa também permite detalhar a execução das Despesas de Capital.

QUADRO 11 – EXECUÇÃO DO PPI POR CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL	DOTAÇÃO		EXECUÇÃO (€)	Exec. %
		INICIAL	FINAL		
1.	FUNÇÕES GERAIS	4.276.539,99	3.741.008,51	2.533.011,18	67,71%
1.1.	SERVIÇOS GERAIS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	4.276.539,99	3.741.008,51	2.533.011,18	67,71%
1.1.1.	ADMINISTRAÇÃO GERAL	4.276.539,99	3.741.008,51	2.533.011,18	67,71%
1.1.1.1.	Serviços Gerais	2.466.659,99	2.457.459,99	1.726.310,91	70,25%
1.1.1.2.	Modernização Administrativa	533.788,86	433.985,55	213.889,72	49,28%
1.1.1.3.	Óbidos - Concelho Digital	272.027,19	40.517,02	31.410,65	77,52%
1.1.1.4.	Viaturas Municipais	122.322,15	189.636,90	140.387,93	74,03%
1.1.1.5.	Máquinas e Equipamentos Municipais	401.413,48	431.712,75	282.047,06	65,33%
1.1.1.6.	Manutenção de Edifícios e Instalações Municipais	148.857,57	176.494,92	132.528,06	75,09%
1.1.1.7.	Armazéns	331.470,75	11.201,38	6.436,85	57,46%
2.	FUNÇÕES SOCIAIS	8.763.466,20	6.611.621,90	1.690.502,71	25,57%
2.1.	EDUCAÇÃO	2.133.597,93	2.393.044,01	317.174,72	13,25%
2.1.1.	ENSINO NÃO SUPERIOR	2.133.597,93	2.393.044,01	317.174,72	13,25%
2.1.1.3.	Construção/Conservação nas Escolas	1.194.409,67	1.758.910,77	281.246,87	15,99%
2.1.1.8.	Rede Municipal de Creches- Construção/ampliação	939.188,26	634.133,24	35.927,85	5,67%
2.2.	SAÚDE	337.578,02	260.559,87	117.612,99	45,14%
2.2.1.	SERVIÇOS INDIVIDUAIS DE SAÚDE	337.578,02	260.559,87	117.612,99	45,14%
2.2.1.1.	Desenvolvimento das Estruturas de Saúde	315.078,02	250.559,87	116.142,99	46,35%
2.2.1.2.	Projecto "Saúde Melhor"	22.500,00	10.000,00	1.470,00	14,70%
2.3.	SEGURANÇA E ACÇÃO SOCIAIS	7.859,80	3.429,83	1.359,80	39,65%
2.3.2.	ACÇÃO SOCIAL	7.859,80	3.429,83	1.359,80	39,65%
2.3.2.3.	Projecto "Melhor Idade"	7.859,80	3.429,83	1.359,80	39,65%
2.4.	HABITAÇÃO E SERVIÇOS COLECTIVOS	4.668.768,94	2.658.883,27	928.963,77	34,94%
2.4.1.	HABITAÇÃO	545.659,67	50.000,00	0,00	0,00%
2.4.1.1.	Habitação Social	545.659,67	50.000,00	0,00	0,00%
2.4.2.	ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	2.877.367,64	1.626.544,96	525.677,70	32,32%
2.4.2.1.	Requalificação Urbana	1.696.706,74	1.015.833,66	256.387,15	25,24%
2.4.2.2.	Recuperação de Património	588.638,66	402.689,06	255.980,55	63,57%
2.4.2.3.	Planeamento Urbanístico	217.022,24	163.022,24	13.310,00	8,16%
2.4.2.4.	Requalificação Urbana	375.000,00	45.000,00	0,00	0,00%
2.4.3.	SANEAMENTO	215.749,16	177.815,75	37.328,11	20,99%
2.4.3.1.	Sistema Águas Residuais Domésticas	74.290,91	67.836,02	31.864,96	46,97%
2.4.3.2.	Sistema Águas Residuais Pluviais	141.458,25	109.979,73	5.463,15	4,97%
2.4.4.	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	869.605,59	662.042,46	331.702,69	50,10%
2.4.4.1.	Sistema de Abastecimento de Águas	869.605,59	662.042,46	331.702,69	50,10%
2.4.5.	RESÍDUOS SÓLIDOS	99.736,93	18.736,93	5.700,92	30,43%
2.4.6.	PROTECÇÃO DO MEIO AMBIENTE E CONSERVAÇÃO DA NATUREZA	60.649,95	123.743,17	28.554,35	23,08%
2.4.6.2.	Cemitérios	3.000,00	3.000,00	285,43	9,51%
2.4.6.3.	Ambiente e Recursos Naturais	4.000,00	8.368,00	8.130,81	97,17%
2.4.6.4.	Espaços Verdes	43.649,95	112.375,17	20.138,11	17,92%
2.4.6.5.	Centros de Interpretação Ambiental	10.000,00	0,00	0,00	0,00%
2.5.	SERVIÇOS CULTURAIS, RECREATIVOS E RELIGIOSOS	1.615.661,51	1.295.704,92	325.391,43	25,11%
2.5.1.	CULTURA	1.078.076,64	870.785,61	258.410,17	29,68%
2.5.1.1.	Museus	1.004.985,14	827.694,11	258.410,17	31,22%
2.5.1.1.	Museus	982.985,14	822.631,31	258.410,17	31,41%
1.					
2.					
2.5.1.1.	Eventos de Natureza Museológica	22.000,00	5.062,80	0,00	0,00%
2.5.1.5.	Óbidos Património Vivo - Programa Operacional da Cultura	73.091,50	43.091,50	0,00	0,00%
2.5.2.	DESPORTO, RECREIO E LAZER	487.584,87	374.919,31	48.294,26	12,88%
2.5.2.1.	Criação e Manutenção de Espaços Desportivos	487.584,87	374.919,31	48.294,26	12,88%
2.5.3.	OUTRAS ACTIVIDADES CÍVICAS E RELIGIOSAS	50.000,00	50.000,00	18.687,00	37,37%

2.5.3.1.	Actividades Religiosas	50.000,00	50.000,00	18.687,00	37,37%
3.	FUNÇÕES ECONÓMICAS	3.029.847,82	2.503.515,99	1.112.772,77	44,45%
3.1.	AGRICULTURA, PECUÁRIA, SILVICULTURA, CAÇA E PESCA	150.000,00	23.480,07	0,00	0,00%
3.1.1.	DESENVOLVIMENTO RURAL	150.000,00	23.480,07	0,00	0,00%
3.2.	INDÚSTRIA E ENERGIA	131.026,00	51.026,00	29.652,99	58,11%
3.2.1.	ILUMINAÇÃO PÚBLICA	131.026,00	51.026,00	29.652,99	58,11%
3.3.	TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	2.683.523,27	2.363.711,37	1.020.543,73	43,18%
3.3.1.	TRANSPORTES RODOVIÁRIOS	2.683.523,27	2.363.711,37	1.020.543,73	43,18%
3.3.1.1.	Rede Viária	2.605.980,44	2.288.976,18	1.008.987,29	44,08%
3.3.1.1.1.	Construção	349.604,14	227.604,14	63.294,86	27,81%
1.					
3.3.1.1.1.1.	Reparação e Manutenção da Rede Viária	2.256.376,30	2.061.372,04	945.692,43	45,88%
2.					
3.3.1.2.	Ordenamento de Trânsito	77.542,83	74.735,19	11.556,44	15,46%
3.3.1.2.1.	Estacionamentos	8.000,00	4.000,00	0,00	0,00%
1.					
3.3.1.2.2.	Sinalização e Trânsito	69.542,83	70.735,19	11.556,44	16,34%
2.					
3.4.	COMÉRCIO E TURISMO	65.298,55	65.298,55	62.576,05	95,83%
3.4.2.	TURISMO	65.298,55	65.298,55	62.576,05	95,83%
3.4.2.2.	Promoção Turística do Concelho	65.298,55	65.298,55	62.576,05	95,83%
4.	OUTRAS FUNÇÕES	435.675,75	1.038.233,01	863.677,31	83,19%
4.2.	TRANSFERÊNCIAS ENTRE ADMINISTRAÇÕES	155.675,75	192.918,45	155.918,48	80,82%
4.2.1.	JUNTAS DE FREGUESIA	155.675,75	192.918,45	155.918,48	80,82%
4.3.	DIVERSAS NÃO ESPECIFICADAS	280.000,00	845.314,56	707.758,83	83,73%
4.3.1.	ENSINO SUPERIOR	20.000,00	26.150,00	0,00	0,00%
4.3.2.	SUBSÍDIOS E APOIOS DIVERSOS	260.000,00	819.164,56	707.758,83	86,40%
TOTAL		16.505.529,76	13.894.379,41	6.199.963,97	44,62%

Até 2005, inclusive, tem persistido uma tendência crescente dos investimentos, que em 2006 deixa de se verificar.

Os investimentos realizados pelo Município, nos últimos 5 anos, têm sido assegurados com financiamentos comunitários, do Estado Português e pelo próprio orçamento do Município. Não houve recurso ao crédito para nenhum dos investimentos.

Em 2006, numa fase de conclusão do QCA III, os projectos teriam que ser concluídos e apresentada a respectiva despesa aos Gestores dos Eixos Prioritários. Como não seriam aprovados novos financiamentos, por falta de verba disponível no PORLVT, e como ainda não estavam definidas as directrizes do QREN, para que pudessem ser garantidos financiamentos para novas obras (Creche das Gaeiras e Creche do Olho Marinho, por exemplo), foi necessário recorrer a negociações com a Associação de Municípios do Oeste e com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento para a Região de Lisboa e Vale do Tejo, no sentido de canalizar verbas não utilizadas por outros municípios da AMO.

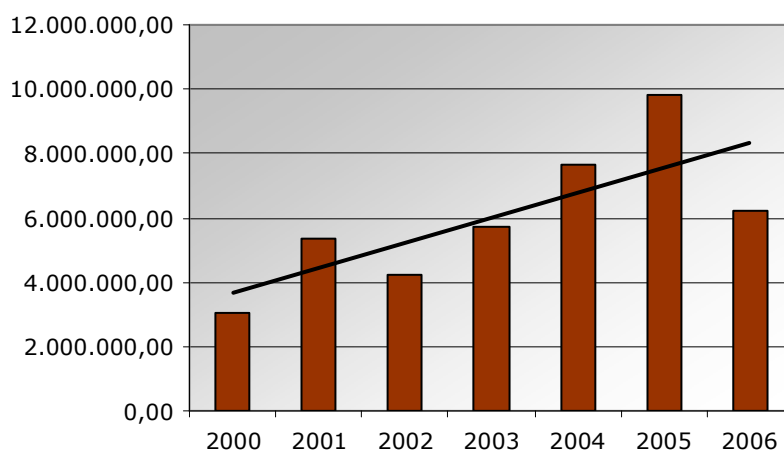
Sem financiamentos parcialmente garantidos, não pôde ser executada obra. Este factor foi preponderante para a inversão da tendência do investimento do Município.

Outro dos factores que contribuiu significativamente para a execução das despesas de capital e PPI, foi a conclusão da obra das Piscinas Municipais, também financiada pelo QCA III, e que em 2005 teve uma influência no investimento superior a €2.000.000,00.

QUADRO 12 – EVOLUÇÃO DA EXECUÇÃO DO PPI

Designação	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
1. Dotação Inicial	9.402.090,96	13.059.775,94	11.906.066,48	11.947.979,00	11.947.979,00	17.686.923,70	16.505.529,76
2. Dotação final	9.402.090,96	13.059.775,94	11.906.066,48	10.110.862,84	13.018.092,95	16.444.718,96	13.894.379,41
3. Realizado	3.038.053,29	5.332.024,82	4.226.514,93	5.712.174,64	7.618.970,84	9.847.715,25	6.199.963,97
Coef. Realização	32,31%	40,83%	35,50%	56,50%	58,53%	59,88%	44,62%

Evolução dos Valores Investidos 2000-2006



3. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A presente análise económico-financeira sintetiza os resultados alcançados pelo Município de Óbidos, em 31 de Dezembro de 2006.

3.1. BALANÇO

O Balanço é um documento que apresenta a posição financeira e patrimonial de uma autarquia local numa determinada data, regra geral, reportada ao final de cada ano, comparando o Activo com os Fundos Próprios e Passivo. Permitirá, assim, uma análise à situação financeira do Município quanto ao seu grau de autonomia financeira, solvabilidade e liquidez.

ACTIVO		FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	
Imobilizado	26.937.578,34	Fundos Próprios	22.687.669,18
Bens do Domínio Público	1.807.069,53	Património	-4.373.979,86
Imobilizações Incorpóreas	120.377,38	Reservas	1.175.439,04
Imobilizações Corpóreas	24.313.603,34	Resultados Transitados	22.333.141,95
Investimentos Financeiros	696.528,09	Resultado Líquido do Exercício	3.553.831,37
Circulante	1.882.206,07	Passivo	6.159.828,30
Existências	418.611,61	Dívidas a Terceiros - M/L Prazo	3.109.750,41
Dívidas de Terceiros - CP	836.957,90	Dívidas a Terceiros - Curto Prazo	3.030.688,09
Depósitos instit. Financ. E Caixa	670.682,76	Acréscimos e Diferimentos	54.124,04
Acréscimos e Diferimentos	19.164,43		
TOTAL DO ACTIVO	28.882.995,04	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	28.882.995,04

3.1.1. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO BRUTO	2006
Bens do Domínio Público	1.807.069,53
Bens o patrim. Hist., artist. Cultural	800,00
Imobilizações em curso	1.806.269,53
Imobilizações Incorpóreas	120.377,38
Propriedade industrial e outros direitos	120.377,38
Imobilizações Corpóreas	24.313.603,34
Terrenos e recursos naturais	2.302.755,27
Edifícios e outras construções	7.918.782,94
Equipamento básico	1.744.877,64
Equipamento de transporte	644.208,88
Ferramentas e utensílios	213.390,06
Equipamento administrativo	1.025.355,43
Outras imobilizações corpóreas	509.089,66
Imobilizações em curso	9.955.143,46
Investimentos financeiros	696.528,09
Partes de capital	696.528,09
TOTAL	26.937.578,34

Para além dos investimentos atrás analisados, nos mapas de execução orçamental e do PPI, também a aquisição de terrenos e edifícios tem contribuído para aumentar o imobilizado corpóreo do Município, como se pode verificar pelo quadro abaixo.

	2002	2003	2004	2005	2006
Rústico	30.127,39 €	1.136.514,27 €	447.455,09 €	663.933,57 €	422.225,00 €
Urbano	- €	- €	402.379,79 €	922.337,72 €	586.500,00 €
TOTAL	30.127,39 €	1.136.514,27 €	849.834,88 €	1.586.271,29 €	1.008.725,00 €

3.1.2.DISPONIBILIDADES

	1 Janeiro 2006	31 Dezembro 2006
Caixa	3.090,31	5.175,68
Depósitos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	938.435,62	665.507,08
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	287.185,43	0,00
Total Geral	1.228.711,36	670.682,76

3.1.3.PARTICIPAÇÕES CAPITAL

Entidades	Anos Anteriores	2006
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	498,80	
Resioeste, S A	41.480,03	81,76
Águas do Oeste,S A	412.852,40	88.577,60
Centro Op. Tecn. Hort. Nac.-COTHN	1.500,00	
Trevoeste, S.A.	1.537,50	
Óbidos Patrimonium - E.M.	100.000,00	
Óbidos Requalifica - E.M.	25.000,00	25.000,00
Sub - Total	582.868,73	113.659,36
Total	696.528,09	

3.1.4.DÍVIDAS A TERCEIROS – MÉDIO E LONGO PRAZO

	1 Janeiro 2006	31 Dezembro 2006
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	3.193.494,04	2.990.167,26
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	129.973,92	119.583,15
Total Geral	3.323.467,96	3.109.750,41

Pela análise ao Balanço, mais uma vez se comprova a saudável situação financeira do Município de Óbidos. Ao verificar-se que o montante das dívidas a terceiros, quer de curto prazo, quer de médio/longo prazo se mantêm num nível estável, e que o Activo tem vindo a aumentar, muito em função do aumento do imobilizado, facilmente se constata que o grau de endividamento se mantêm baixo, permitindo uma autonomia financeira bastante confortável.

Para melhor comprovar a situação financeira sólida que o Município de Óbidos conseguiu alcançar, e manter, desde há alguns anos, apresentam-se os rácios de liquidez geral, da autonomia financeira e do endividamento, que permitirão quantificar esta análise.

Liquidez Geral (Circulante/ Passivo C/P)	62,82
---	-------

Endividamento (Dívidas a terceiros de Curto, Médio e Longo Prazo/ Fundos Próprios + Passivo)	21,35
---	-------

Autonomia Financeira (Fundos Próprios/Activo Total)	78,72
--	-------

3.2. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (Por Natureza)

O Município de Óbidos encerrou as suas contas referentes ao exercício económico de 2006, com um Resultado Líquido de Exercício de € 3.553.068,05, motivado fundamentalmente pela venda de produtos, de serviços e pelas transferências do Orçamento de Estado, de fundos comunitários e cooperação técnica e financeira, que superaram os custos com o pessoal e com matérias consumidas. Os Resultados Financeiros apresentam um saldo negativo influenciado pelo pagamento de juros de empréstimos bancários.

A Demonstração de Resultados será, então, o espelho dos custos e proveitos da actividade Municipal, em 2006, sintetizada no quadro abaixo:

	Valor €
Resultados Operacionais	3.975.647,12
Resultados Financeiros	-101.534,59
Resultados Correntes	3.874.112,53
Resultados Extraordinários	-320.281,16
Resultado Líquido do Exercício	3.553.831,37

RESULTADOS OPERACIONAIS

O conjunto dos Proveitos Operacionais, está fortemente condicionado pela evolução dos Impostos e Taxas – que resultam sobretudo do Imposto Municipal sobre Imóveis, Imposto Municipal sobre Transmissões, Contribuição Autárquica, do Imposto Municipal de SISA – das Vendas e Prestações de Serviços – e das Transferências Obtidas donde realça o Fundo Geral Municipal, Fundo de Coesão Municipal e o Fundo de Base Municipal.

Os Custos com o Pessoal e os Fornecimentos e Serviços Externos detêm um peso decisivo sobre a estrutura dos Custos Operacionais.

Desta forma, os Resultados Operacionais apresentam a seguinte composição:

Proveitos Operacionais:	Valor €	Custos Operacionais:	Valor €
Vendas e Prestações de Serviços	2.498.760,68	CMVMC	704.600,47
Impostos e Taxas	6.112.882,39	Fornecimentos e Serviços externos	3.296.841,41
Transf.e Subs. Obtidos	4.724.282,32	Custos com o Pessoal	3.946.816,78
Outros proveitos e ganhos operacionais	17.089,01	Transf.e Subs. Correntes Concedidos	1.421.748,82
		Outros custos operacionais	7.359,80
TOTAL	13.353.014,40	TOTAL	9.377.367,28

RESULTADOS FINANCEIROS

Em 2006, os Resultados Financeiros apresentam um valor negativo de €101.534,59.

Os Proveitos Financeiros, são provenientes de juros obtidos de depósitos à ordem, sendo insuficientes para cobrirem os Custos Financeiros que advêm fundamentalmente dos juros suportados com os empréstimos de M/L Prazos.

Proveitos Financeiros:	Valor €	Custos Financeiros:	Valor €
Proveitos e Ganhos Financeiros	10.796,71	Custos e Perdas Financeiros	112.331,30
TOTAL	10.796,71	TOTAL	112.331,30

RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Ao nível dos custos que concorrem para o cálculo dos Resultados Extraordinários, as componentes que mais sobressaíram são: as Transferências para as Juntas de Freguesia, para as Associações e Colectividades e para as empresas municipais. Relativamente aos Proveitos Extraordinários evidenciam-se os Benefícios e Penalidades Contratuais – que surgem das multas, juros de mora, taxas de relaxe, e Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários que resultam essencialmente de ganhos com a alienação de imóveis, bem como da compensação de infra-estruturas de loteamento.

Proveitos Extraordinários:	Valor €	Custos Extraordinários:	Valor €
Proveitos e Ganhos Extraordinários	1.221.347,75	Custos e Perdas Extraordinários	1.541.628,91
TOTAL	1.221.347,75	TOTAL	1.541.628,91

RESULTADO LIQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do Exercício deverá ser canalizado para o reforço do Património (Balanço) e para constituição de reservas conforme Ponto 2.7.3. do POCAL.

Proveitos Totais:	Valor €	Custos do Exercício:	Valor €
Proveitos Totais	14.585.158,86	Custos e Perdas do Exercício	11.031.327,49
TOTAL	14.585.158,86	TOTAL	11.031.327,49

Apesar de demonstrada a capacidade da autarquia para gerar proveitos suficientes para fazer face aos custos do exercício, atenta-se o facto de não estarem reflectidas as amortizações do exercício no total dos custos.

4. EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZO

4.1. DÍVIDAS DE TERCEIROS

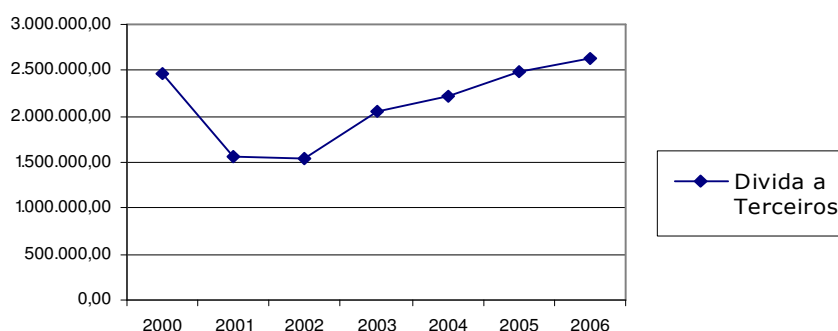
	2002	2003	2004	2005	2006
Administração Autárquica	573.811,84	573.821,84	573.811,84	573.811,84	573.811,04
Contribuintes c/c	5,00	5,00	987,89	0,00	0,00
Utentes c/c	92.026,35	135.002,13	162.945,63	172.545,62	203.884,66
Cliente, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	17.518,97	79.489,69	119.026,76	104.265,20	59.261,40
Estado e Outros entes Públicos	5.310,69	42.760,91	71.014,19	9.791,82	0,00
Total	688.672,85	831.079,57	927.786,31	860.414,48	836.957,10

A rubrica Dívidas de Terceiros está directamente relacionada com as Vendas de Bens e Serviços (principalmente da venda de água), quer nas dívidas de utentes conta corrente, quer nas cobranças duvidosas (débitos ao tesoureiro e execuções fiscais).

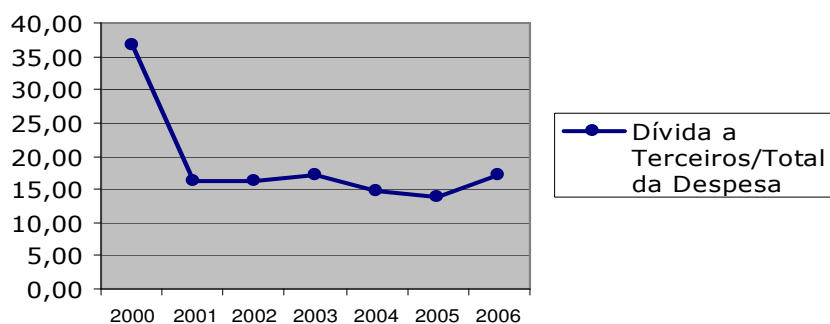
4.2. DÍVIDAS A TERCEIROS

	2002	2003	2004	2005	2006
Dívidas a Terceiros	1.534.698,41	2.054.518,00	2.209.053,05	2.479.516,99	2.626.967,61

Evolução das Dívidas a Terceiros (€)



Evolução do Peso da Dívida a Terceiros no Total da Despesa



Esta rubrica do Balanço inclui principalmente as Dívidas a Fornecedores (conta corrente e imobilizado) e a Prestadores de Serviços (outros credores), e embora aparentemente tenha conhecido um acréscimo nos últimos anos, assume um menor peso no total do orçamento, como atrás se comprovou. Reflecte, antes, o crescimento da actividade do Município, anteriormente demonstrada.

4.3. LOCAÇÃO FINANCEIRA

	2002	2003	2004	2005	2006
Locação Financeira	146.254,85 €	146.299,57 €	193.739,26 €	89.104,12 €	88.509,05 €

A locação financeira concorre para as dívidas a terceiros de médio prazo, uma vez que os contratos celebrados se prolongam por vários exercícios económicos. Os contratos de locação dizem respeito à aquisição de equipamento de transporte e maquinaria.

4.4. DÍVIDAS COM EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

	1 Janeiro 2006	31 Dezembro 2006
Empréstimos Bancários		
Caixa Geral de Depósitos	3.193.494,04	2.990.167,26
Caixa de Crédito Agrícola Mútuo dos Concelhos de Óbidos, Caldas da Rainha e Peniche	129.973,92	119.583,15
Total Geral	3.323.467,96	3.109.750,41

Apesar da possibilidade de contracção de dívida atribuída por rateio, a Câmara Municipal optou por não recorrer ao crédito bancário.

Os encargos com os empréstimos anteriormente contratados, e relativamente ao período em análise totalizaram € 297.782,39 :

- amortização da dívida no valor de € 213.717,55;
- juros no valor de € 84.064,84.

5. ANÁLISE DE INDICADORES DE GESTÃO FINANCEIRA

A execução orçamental e do plano, que espelha toda a política de gestão do Município, é passível de análise financeira através fundamentada e medida através de indicadores de gestão, que permitem uma visualização directa do que foi a evolução da autarquia, desde o exercício económico de 2000.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA RECEITA (%)

Rácios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Imp. Directos/ Rec. Correntes	44,00	44,30	48,80	40,90	41,00	49,56	47,83
Transf. Correntes/ Rec. Correntes	34,00	33,70	30,80	27,50	22,00	23,02	21,22
Venda Bens e Serv./ Rec. Correntes	11,00	11,30	11,50	20,70	20,00	19,01	18,88
Rec. Correntes/ Rec. Totais	70,00	55,20	70,00	66,40	72,00	59,01	76,07
Rec. De Capital/Rec. Totais	30,00	44,80	30,00	33,60	29,00	41,00	23,93

O peso assumido pelos Impostos Directos (IMI, IMT) nas receitas correntes, e tal como referido no início da presente análise, é factor de alavancagem do

orçamento, contribuindo para a sua autonomia financeira e conseqüente menor grau de endividamento.

RÁCIOS DE ESTRUTURA DA DESPESA (%)

Rácios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal/ Desp. Correntes	44,00	42,70	44,70	40,80	44,40	43,83	43,35
Aq. Bens e Serv./ Desp. Correntes	30,00	10,20	45,10	50,30	42,00	39,06	36,64
Investimentos/ Desp. de Capital	91,00	84,00	82,00	87,40	88,20	87,51	74,19
Passivos Fin./ Desp. de Capital	5,00	4,60	6,20	3,30	2,70	2,33	3,45
Desp. Correntes/ Desp. Totais	55,00	44,70	54,90	52,00	49,50	45,65	59,31
Desp. de Capital/ Desp. Totais	45,00	55,30	45,10	48,00	50,60	54,35	40,69
Dividas a Terceiros/Despesa Paga	36,83	16,09	16,38	17,25	14,67	13,68	17,24

As despesas com o pessoal mantêm um peso constante, próximo dos 43%, face às despesas correntes, revelando o esforço feito no sentido de cumprir os limites impostos por lei.

As aquisições de bens e serviços, desde 2004 inclusive, assumem um peso cada vez menor no orçamento da despesa corrente, comprovando, também, o esforço exercido pelo executivo na racionalização de meios e moderação de despesa.

RÁCIOS FINANCEIROS (%)

Rácios	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Pessoal/ Rec. Correntes	34,53	34,60	31,70	33,70	30,10	33,27	35,01
FGM+FCM+FBM/ Desp. Totais	37,37	29,40	33,70	27,50	35,10	19,32	22,97
Amortiz.+Juros/ Rec. Totais	3,46	3,70	3,90	2,80	2,00	1,81	2,02
Rec. Correntes/ Desp. Correntes	127,61	123,50	141,00	121,10	147,30	131,72	123,82
Rec. de Capital/ Desp. de Capital	66,69	81,00	73,60	66,60	56,00	76,55	56,77

Deste quadro há a destacar o equilíbrio orçamental, com as receitas correntes bastante superiores às despesas correntes.

6. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos do ponto 2.7.3, do Decreto-lei nº54-A/99, de 22 de Fevereiro, quando houver saldo positivo na conta 59 "Resultados Transitados", o seu montante pode ser repartido da seguinte forma:

- a) Reforço do património;
- b) Constituição ou reforço de reservas.

Refere ainda que deve constituir-se o reforço anual da conta 57.1 «RESERVAS Legais», no valor de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Ano de 2006

Assim para cumprimento desta norma legal, o Município de Óbidos, propõe o Resultado Líquido do Exercício, no montante de € 3.553.831,37 seja aplicado da seguinte forma:

Reservas Legais:..... € 177.691,57

Resultados Transitados:..... € 3.376.139,80

Em conformidade com os anos exercícios económicos anteriores, e pelo facto do Património da Autarquia ainda se encontrar em fase de avaliação, não será reforçado o Património permanecendo em Resultados Transitados.

<p>Órgão executivo</p> <p>Em ____ de _____ de 2007</p> <p>_____</p>
--

<p>Órgão deliberativo</p> <p>Em ____ de _____ de 2007</p> <p>_____</p>
